

# PFL vê dificuldade em cassação

349

No PFL, o cenário não é muito diferente. Precavido, o presidente nacional do partido, senador Jorge Bornhausen (SC), deixou Brasília na quinta-feira pela manhã — antes mesmo do depoimento de Regina Borges no Conselho de Ética. Com o gesto, dizem colaboradores, Bornhausen quis ficar fora da cena. O comando pefelista está convencido de que a solução do problema é bem mais complexa do que imaginam os que dão como favas contadas a cassação de Antonio Carlos e José Roberto Arruda. O partido entende que, por enquanto, os destinos da

discussão estão sendo conduzidos pelo PMDB de Jader, que tem o controle do Conselho de Ética. Mas apostam que não tardará para que a força política de cada um dos dois provoque recontros nos discursos de governistas e da oposição.

É nisso que apostam os carlistas. Os aliados do líder baiano afirmam que não é tão fácil assim o Senado decretar a perda do mandato de alguém que comandou a Casa por quatro anos. Lembram que a cassação do recém-chegado Luiz Estevão, com a extensão das acusações que pesavam contra ele, não foi exatamente

um passeio. Dos 81 senadores, 18 foram contra a perda do mandato e 10 se abstiveram.

O PMDB de Jader também acompanha cauteloso. O presidente do Senado passou o fim de semana em Belém, onde prometeu não comentar a crise. Antes de viajar, porém, Jader Barbalho conversou com colegas de comando do partido. Decidiram que tentarão se proteger evitando que as denúncias que pesam contra ele sejam associadas a uma possível quebra de decoro parlamentar de Antonio Carlos e Arruda. “Os assuntos não se misturam. Cada um que responda pelo que fez”, disse

Jader a um colega de Senado.

Decidiram também que, enquanto o cenário estiver nebuloso, está adiada a idéia de convocar uma convenção nacional do PMDB para eleger o substituto de Jader na presidência nacional do partido. Os peemedebistas estão convencidos de que o controle do maior partido do Brasil é a melhor blindagem de que dispõem. Enquanto estiverem com o controle do PMDB, apostam, o Palácio do Planalto e o PSDB não correrão o risco de rifar o grupo que serve de proteção à candidatura Itamar Franco, em 2002.